JÚLIO CÉSAR BALLERINI SILVA

Advagado (OAB 119053)- Magistrado aposentado do TJSP por onde passon em 42 designações em várias circunscrições. Mestre em Direito Processual Civil na área de Políticas Públicas da Saúde (PUC) e especialista em Processo Civil e Direito Civil (USP); Professor ha mais de vinte e cinco anos em várias instituições de São Paulo e Minas Gerais, atualmente é professor do curso Procedem, Faculdade Unitá e da UNIP Campinas, Coordenador Nacional de Direito Civil e Processo Civil da Escola Superior de Direito (Grupo Unitá) e de Direito à Saúde da Vida Formação em Saúde, Colaborador Regular de vários sites jurádicos.

DIREITO À SAÚDE NA JUSTIÇA TEORIA E PRÁTICA

- Ações Judiciais contra o Estado e Planos de Saúde
 - Obrigação de Fazer Tutela de Urgência
 - Dano Moral
 - Revisional de Cláusula Contratual
 - Aspectos Processuais
 - Medicamentos Internações
 - Cirurgias Tratamentos

2020



© by Júlio César Ballerini Silva

© by Imperium Editora e Distribuidora de Livros Ltda

Supervisão: Ramon Rodolfo de Vitto Mizuno

1170588



Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, mecânico, inclusive por processo reprográfico, sem permissão expressa do Editor (Lei nº 9.610, de 19/02/1998).

Direitos desta edição reservados à:

Imperium Editora e Distribuidora de Livros Ltda
Rua Ephrain Rodrigues Alves, nº 128 - Jardim Claudia
Cep: 13610-720 - Leme-SP - Tel.: (19) 3554-8406
www.editoralmperium.com.br
e-mail: editora@editoralmperium.com.br
imperium.editora@gmail.com

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - DELIMITAÇÃO DO CONCEITO DE UM DI- REITO À SAÚDE	25
1. A tutela do direito à saúde	29
2. Delimitação do tema	31
3. Antecedentes históricos	42
3.1 Direito à saúde nas Constituições brasileiras	50
4 A atual disciplina constitucional	56
4.1 Auto-aplicabilidade do artigo 196 da Constituição Federal	60
4.2 A Emenda nº 20 e outras questões conexas	64
5. Direito Estrangeiro.	67
CAPÍTULO II - HIGIDEZ PSÍQUICA E ORGÂNICA NO DIREI-	
TOBRASILEIRO EA QUESTÃO DA VONTADE DO PACIENTE-	
QUESTÕES DE URGÊNCIA E SEQUESTRO DE VALORES	
EM CASO DE RECUSA DE CUMPRIMENTO	81
1. A questão correlata dos medicamentos, órteses, próteses e	
home care	93

2. Tratamentos no exterior	119
2.1 A questão sob o prisma orçamentário e financeiro (Estado	
ou sob a perspectiva do equilíbrio contratual (fornecedoras)	
3. Generalidade das Formas de Tutela (Direito Público e Direi	
Privado)	143
3.1 Onus da prova nas ações de consumo no mercado de saúde .	
3.1.1 A questão indenizatória	
3.2 A regulamentação administrativa de uma relação de cor	
sumo	201
3.3 Casuística jurisprudencial no Direito Privado – Planos d	
Saúde e contratos de seguro-saúde	
3.3.1. Plano de Saúde e Seguro-Saúde	
3.3.2. Principais Precedentes Jurisdicionais	
ções Particulares de Saúde	
3.3.4 - O Profissional de Saúde, para o Direito, exercer ativ	
dade de meio ou de resultado?	
4. Peculiaridades da questão no âmbito do Direito Público	
5. Tutela coletiva e tutela individual da saúde	
5.1 – Questões atinentes à gratuidade de Justiça	
6. Trabalhadores, idosos, menores, presidiários e pessoas port	
doras de deficiência	
7. Legitimidade e Solidariedade	
8. Meio Ambiente e Saúde na CF/88	
8.1 Fornecimento de água e luz	327
9. Outras peculiaridades desta tutela no direito brasileiro (ter	n-
pestividade da jurisdição - Art. 5º, LXXVIII, CF/88)	337
CAPÍTULO III - O DIREITO À SAÚDE E O PROBLEMA DA MO	
ROSIDADE PROCESSUAL	355
 Crise de efetividade do Poder Judiciário e do processo 	364
1.1 Do Poder Judiciário e sua função	
1.2 Do processo e sua função	
1.2.1 Processo, Constituição e garantias constituciona	
Processuais	
2.0000000	5.0

1.2.2 Instrumentalidade e escopos do processo	385
2. Morosidade e efetividade do Poder Judiciário e do Processo	393
3. Tutelas Provisórias de Urgência e Evidência	401
4. Busca do Resultado Prático Equivalente	409
5. Tutela Provisória Antecipada em face da Fazenda Pública	418
CONCLUSÃO	423
BIBLIOGRAFIA	427
MODELOS DE PETIÇÕES (Online)	
Ação de indenização - Reembolso de despesas	
Ação de indenização - Tratamento hospitalar e medico recusa	
de pagamento pelo plano de saúde	
Ação de indenização por dano moral - Negativa injusta do plano	
de saúde	
Ação de nulidade de cancelamento c.c obrigação de fazer e tutela	
de urgência - Plano cancelado	
Ação de nulidade de cancelamento c.c obrigação de fazer e tutela	
de urgência	
Ação de nulidade de cancelamento c.c obrigação de fazer e tutela	
de urgência - Falecimento do titular	
Ação de nulidade de cancelamento c.c obrigação de fazer e tutela	
de urgência - Inadimplência	
Ação de obrigação de fazer - Internação compulsória	
Ação de obrigação de fazer-Internação do paciente e necessidade	
de cirurgia	
Ação de obrigação de fazer - Vaga em UTI	
Ação de obrigação de fazer - Home care	
Ação de obrigação de fazer - Home care plano de saúde	
Ação de obrigação de fazer-Manutenção de aposentado em plano	
de saúde	
Ação de obrigação de fazer - Medicamentos outro modelo	

Ação de obrigação de fazer - Tratamento em câmara hiperbárica

Ação de obrigação de fazer medicamentos

Ação revisional de contrato de plano de saúde - Hipótese de reajuste abusivo

Ação revisional de contrato de plano de saúde - Hipótese de reajuste abusivo com pedido de restituição de valores

Ação revisional de contrato de plano de saúde - Hipótese de reajuste abusivo pela mudança de faixa etária